



PL 741/2021
00001

SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

EMENDA Nº , DE 2021 - PLEN
(ao Projeto de Lei nº 741, de 2021)

Dê-se ao *caput* do art. 12-C, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, alterado pelo art. 5º do Projeto de Lei nº 741, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 5º

‘Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

.....’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 11.827, de 13 de maio de 2019, alterou a Lei Maria da Penha para permitir que, “verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida”.

Contudo, o texto acabou por restringir seu alcance aos casos de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher, deixando de abranger outras situações definidas como violência doméstica e familiar na própria Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha.

Por isso, o projeto inclui acertadamente na lei Maria da Penha a violência psicológica como situação que também podem ensejar o afastamento do agressor do local de convivência com a ofendida. Tal iniciativa foi, inclusive, objeto do primeiro projeto que apresentei no Senado Federal,



SF/21139.96779-66



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

Ocorre que há também outras formas de agressão doméstica que podem ser igualmente graves, como a violência sexual, moral e patrimonial, igualmente previstas no art. 7º da Lei Maria da Penha.

Nunca é demais lembrar que esse tipo de violência acarreta prejuízos graves tanto à mulher quanto a seus filhos, podendo trazer consequências deletérias para o bem-estar da ofendida, bem como ensejando o risco de dificultar uma retomada da vida após a circunstância violenta, em razão dos danos sofridos.

Tal como a violência psicológica, a violência patrimonial é quase invisível e muito destrutiva. Trata-se da tentativa de controlar a vida de alguém usando dinheiro, bens ou documentos.

Um estudo encomendado pelo C6 Bank ao Datafolha mostrou que as agressões verbais e restrições à participação no orçamento familiar são as formas de violência patrimonial mais frequentes no Brasil após a covid-19. Quase metade (47%) dos entrevistados relatou que o impedimento para participar de decisões de compra de produtos e serviços para a casa aumentou na pandemia. Os relatos são mais comuns entre mulheres do que entre homens.

De outro lado, a violência sexual, tratada de forma específica na lei, não trata apenas daquela que diz respeito ao ato sexual em si, mas também outros atos, como obrigar a vítima a olhar imagens pornográficas; obrigar a vítima a manter relação sexual com outras pessoas; obrigar a ter relações que cause desconforto ou repulsa e obrigar a vítima a ter relação sob coação, intimidação e pelo uso da força física, no caso do estupro conjugal.

São atos igualmente repugnantes e monstruosos, que ensejam, dada a gravidade da violência, o afastamento cautelar do agressor, de modo a preservar a vida e a integridade da mulher agredida.

Em vista do exposto, peço o apoio de todos à aprovação da emenda ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senadora DANIELLA RIBEIRO
PP - PB



SF/21139.96779-66